

A insuficiência da produção no DF



O panorama econômico do DF, mais estritamente do setor agrícola, é deficiente na opinião das diversas autoridades do setor. A grande dependência das importações por falta de uma produção significativa é uma das consequências da falta de planejamento adequado a exploração da região e de seus recursos naturais. A exigência de grandes investimentos, somada a falta de garantias da terra arrendada — caso único no Brasil —, que dificulta o acesso ao crédito, além da falta de canais de comercialização e escoamento de produção, são alguns dos importantes aspectos traduzidos na precária estrutura do abastecimento do DF.

O problema do Distrito Federal, no que se refere à agricultura não está propriamente vinculado a deficiências infra-estruturais, mas à exploração racional e organizada como um todo. O desenvolvimento de uma consciência no meio-rural de sua capacidade de produção, além do apoio técnico e financeiro do governo devem ser os primeiros passos para aproveitar os recursos espalhados na região. Esta se divide em diferentes realidades dentro do sucedido no núcleo rural do PAD/DF e outro que vive de cultura e subsistência, longe da realidade urbana, no núcleo de Tabatinga.

Silvia Correa de Faria

O Distrito Federal compreende uma área de cerca de mil km², já com uma população aproximando-se de um milhão e duzentos mil habitantes, dividida entre diferentes camadas sociais. A região é altamente dependente de importações de bens de consumo, o que significa um abastecimento complicado. Por outro lado, o DF não produz o que é capaz de produzir, segundo o secretário da Agricultura, Alceu Sanches, que vê a possibilidade de tornar a região mais autônoma em hostigranjeiros, embora afastasse o ideal de auto-suficiência em cereais. O pensamento é justificado pela limitação física, uma vez que a área do DF não admite exploração de grandes culturas.

Muitos problemas são pedúliares ao DF, principalmente no referente à produção agropecuária. Apesar da região ter uma infra-estrutura satisfatória; a terra arrendada, a cultura de subsistência, os altos custos de produção no solo do cerrado, criam obstáculos que somente um planejamento adequado, com assistência técnica e altos investimentos podem sanar, na opinião dos técnicos. Os 17 núcleos rurais do DF têm aspectos variados — podendo encontrar Vargem Bonita com uma boa produção de hortigranjeiros, e Taquara do Pípiripau com uma grande maioria de sua área dedicada a agricultura de subsistência.

NUCLEOS

Os dezessete núcleos rurais ocupam uma área de 126 848 ha, que poderia ser apenas uma fazenda em Mato Grosso. A maior área ocupada do DF está nas mãos dos órgãos públicos, (196 048ha), correspondente a 34% das terras.

Os núcleos variam muito de um para outro no que se refere a tamanho, desenvolvimento técnico, produção, atividade explorada e condições de comercialização.

O núcleo rural do Programa de Assentamento Dirigido do DF - PAD/DF possui as maiores áreas, com lotes em torno de 300 ha, enquanto o tamanho médio dos lotes de Vargem Bonita fica em torno de 45 ha. No PAD/DF cultivam-se cereais — arroz, trigo, soja e batatas —, enquanto em Vargem Bonita a atividade predominante é a olericultura.

Estabelecendo as mesmas paralelas, pode-se encontrar homens de campo discutindo seus problemas no sindicato da categoria, e alguns que não vêm à cidade em períodos menores do que seis meses. Há aqueles que comercializam sua produção total na Ceasa — como as batatas do PAD/DF —, e alguns que vivem do que plantam, só lidando com dinheiro quando conseguem um carregamento — frete — de algum fazendeiro, que é feito à carroça, em viagens de mais de cinco horas como é comum encontrar em Tabatinga, o núcleo rural próximo a Planaltina.

Tecnicamente o panorama é também diverso, não podendo estabelecer um padrão tecnológico de exploração das terras. Os produtores, imigrantes de Goiás, Minas ou nordeste, trazem sua tradição de plantio, dando prosseguimento às atividades anteriores a sua vinda para o DF. Estes têm em geral famílias numerosas e enfrentam, consequentemente, maiores problemas, como o de educar os filhos sem ter renda suficiente.

PRODUTORES

Por outro lado, os produtores do PAD/DF são tradicionais agricultores, vindos em sua maioria do sul do país, dominando técnicas adequadas à cultura que se dedicam e produzindo satisfatoriamente. Estes desenvolveram-se consideravelmente rápido pelas somas de condições — a tradição agrícola, os recursos financeiros e conhecimentos técnicos, além do apoio que o governo anterior dedicou ao programa de fixação desses produtores no DF, visando tornar a região auto-suficiente em grãos e cereais. Tal política agora mudou. O atual secretário não crê nessa filosofia, porque a área do DF não é própria para grandes culturas, por sua própria limitação de espaço, como também pelos altos custos de produção. A terra árida exige irrigação, uma das mais caras técnicas para a agricultura.

INFRA-ESTRUTURA

No geral, se comparado a outras regiões médias do país, dedicadas a agricultura, o DF é bem assistido em termos de infra-estrutura. São cerca de 700 quilômetros de estradas vicinais — em condições satisfatórias na maioria dos núcleos —, escolas rurais em todas as regiões, sendo que administram até o curso primário somente, e algumas careçam de professores como Tabatinga.

Os postos de saúde são raros e precários. As vezes, o homem do campo sai de sua chácara em Tabatinga, faz uma viagem de carroça de cerca de cinco horas para chegar a Planaltina, tratar-se através do INAMPS. Ainda há os que se garantem com receitas de chás de ervas que cultivam.

O comércio está presente nos núcleos mais próximos das cidades

satélites, com armazéns onde se encontra de tudo para abastecimento imediato. Os núcleos mais afastados dos centros urbanos, porém, às vezes, quando são mais desenvolvidos, têm um armazém na sede do núcleo, com açúcar, sal, café, farinha etc. No caso de núcleos como Tabatinga, Taquara do Pípiripau, Santa Maria e Alagados, a subsistência provém do próprio quintal das casas, onde se planta arroz, feijão, verduras, frutas, e há geralmente uma vaca e galinhas, para o leite e ovos. Estes homens rurais são tipicamente limitados pela cultura de subsistência, com poucas chances de romper as condições de vida das quais dispõem.

PLANEJAMENTO

O planejamento teve impulso no DF quando o cerrado passou a ser visto como o provável futuro produtor agrícola, segundo os técnicos. A produtividade agrícola do Brasil precisava ser aumentada. Três propostas foram apresentadas: incrementar as áreas já produtoras do centro-sul (aumentando a dependência das demais regiões); a exploração da Amazônia (os riscos de explorar um solo considerado facilmente esgotável com o desmatamento, além de uma tecnologia não dominada no país), e por fim, o cerrado — com suas diversas apresentações em termos de composição de terra. Essa foi a proposta assumida pelo governo através do Polocentro, mesmo considerando os altos investimentos que requer.

O DF ocupa uma das áreas mais pobres do cerrado — árida demais, com a alta incidência do alumínio tóxico, impedindo a fixação do fósforo — elemento essencial ao plantio.

A partir da disposição do governo em explorar o cerrado, as pesquisas foram mostrando os obstáculos, as alternativas, a previsão de resultados. Com um investimento que atenda as necessidades, o cerrado pode produzir toda a gama de produtos nacionais, conforme já começou a mostrar os resultados obtidos em Goiás, onde a produção ultrapassa a alcançada em outras regiões do Brasil, ou como foi provado na região do PAD/DF, onde o trigo produziu cerca de 50% mais do que no sul, onde é tradicionalmente cultivado.

CAUSAS

O DF, dentro desse panorama de empolgação sempre foi uma exceção; primeiro pela limitação da área, a natureza dos produtores vistos como imigrantes errantes e sem tradição agrícola; depois o caso peculiar ao Planalto Central de o governo ser o proprietário das terras, cedendo-a através do arrendamento e podendo desapropriá-la quando quiser — como acontece com a região de Alexandre Gusmão, importante produtora de hortigranjeiros e culturas variadas.

A Emater-DF — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — deparou-se com esses problemas ao iniciar suas atividades no ano passado. As terras arrendadas não servem como garantia para o crédito rural, e quem tem bens em Brasília são os funcionários públicos. Ou seja, os produtores não têm acesso fácil ao crédito concedido pelo Banco Regional de Brasília. Este é um dos principais obstáculos do planejamento — concessão de crédito.

Outro é a técnica, a assistência que os agricultores carecem, devido às condições peculiares do solo do cerrado. As pesquisas existem, os projetos de produção são dados aos produtores assim que adquirem a terra desde 1974, quando o decreto-lei 2739 estabeleceu a obrigatoriedade da utilização da terra arrendada.

Hoje, o DF tem apenas 37,3% de suas terras exploradas, em virtude do relaxamento anterior a 1974, que favoreceu loteamento residencial de áreas que deveriam produzir. O problema fundiário continua preocupando as autoridades em agricultura que pensam em dinamizar a atividade no DF.

FINANCIAMENTOS

O DF é financiado pelo BRB e pelo BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo —, sendo este último restrito às cooperativas que começam a organizar-se na região, como a Coperbás, PAD/DF e Itapeti.

Até junho deste ano, o BRB já havia investido aproximadamente 648 milhões na geoeconômica de Brasília, sendo que mais cerca de 45 milhões foram liberados para o PROHORT — Programa de Apoio à Produção e Comercializações de Produtos Hortigranjeiros no DF —, que veio em socorro do mini e pequeno produtor, mais prejudicado com a sistema de arrendamento de terras.

A grande maioria dos produtores agrícolas do DF (que está chegando a 3500 agricultores) cerca de 70%, segundo o sindicato dos produtores, não tem acesso ao crédito rural. Apesar do nível de vida dos produtores não chegar a ser deplorável, estes não possuem bens que lhes capacitem a receber o crédito agrícola.

O que é mais característico do meio rural brasileiro é a área cultivada sem a sede administrativa, ou seja, a casa da família do produtor. Geralmente, há barracos de madeira nos terrenos, porque o agricultor não se arrisca a construir numa terra que não lhe pertence, uma vez que a identificação não corresponde a realidade dos custos, quando acontece a desapropriação.

Apesar do Banco Central ter reconhecido, em 1975, a terra arrendada como garantia para financiamentos, os empresários não arriscam a investir na agricultura do DF, confiando apenas na produção ou renda do produtor. Este é o maior obstáculo enfrentado pelo setor agrícola, uma vez que o cerrado, pela própria constituição física, exige altos investimentos na correção do solo.

PRODUÇÃO

A dependência das importações é uma realidade registrada nos altos preços especulados pelos intermediários, e na ausência de uma produção significativa da região.

A política traçada pelo secretário da Agricultura Alceu Sanches é voltada ao incentivo de hortigranjeiros, por sua característica altamente perecível, o que dificulta a importação. Ao mesmo tempo, a área do DF não permite que se pense em auto-suficiência em cereais e grãos — grandes culturas, que exigem grandes áreas e maiores investimentos, como por exemplo, em irrigação. Para estes, o secretário propõe a comercialização de sementes, produto caro e importado no Brasil. As áreas de grandes culturas do PAD/DF — trigo, arroz, soja e até café, — se destinam, dentro do novo esquema, à produção de sementes, e não do produto de consumo, sob alegação de que a ausência de certas pragas no cerrado lhes conferem boa qualidade.

A produção hortigranjeira é significativa, atendendo a cerca de 50% das necessidades do mercado. No caso de brócolos, couve, mostarda, abóbora e outros, o DF produz até a quantidade total exigida pelo consumo.

A relação inversa acontece com as frutas, que vêm praticamente em 100% de São Paulo, menos a laranja comum, que é produzida em Goiás.

LEITE B

A pecuária tem sido mais visada com o programa de lançamento do leite B. O núcleo rural de Rio Preto tem como atividade principal a pecuária, enfrentando sérios problemas de transportes particular da produção até as usinas Itambé e Gogó. Com a criação da Associação dos Produtores de Leite Tipo B, ligada a secretaria da Agricultura, estes problemas têm promessas de resolução a curto prazo, uma vez que o leite B tem que chegar mais cedo nas usinas.

A produção de leite atual está em torno de 12000 litros por dia, mas as metas pretendidas pela secretaria estão esperando 72000 litros, com um acréscimo de 15000 há nas pastagens existentes (5000 há).

A avicultura é a atividade mais desenvolvida no DF, chegando a abastecer mais de 70% do mercado, com a Só Frango. Os ovos estão nas metas das cooperativas de Itapeti — com matriz em Moji das Cruzes (SP) — e Coperbrás, ainda em fase de implantação, com 21 associados do núcleo rural de Tabatinga, somando as metas de produção das duas cooperativas, pretende — se atingir uma quantidade de 64 340 dúzias de ovos por dia (44 600 da primeira e 19 740 da segunda).

COMERCIALIZAÇÃO

Após a posse do atual governo, os canais de comercialização se ampliaram, visando o produtor local. O PROHORT já garante a comercialização dos produtos gerados pelo projeto. A SAB abre boxes na Ceasa, adquirindo do produtor local o que ele produz, e o Varejão da Ceasa, aos sábados é uma proposta do governo para o contato direto produtor-consumidor.

Algo mudou desde o início do ano no setor abastecimento do DF, e para melhor, no que se refere às chances do produtor em comercializar seus produtos. O que não há é um sistema eficiente de escoamento de produção, nem uma produção estável durante o ano. Tais problemas só seriam resolvidos através do apoio direto do governo aos núcleos mais carentes — de estradas e transportes, por exemplo —, ou da conscientização do agricultor do significado de uma cooperativa administrada de acordo com seus interesses. Tal amadurecimento levaria a uma abertura das garantias de crédito, da estabilidade de produção e da formação de novos canais de comercialização.